



A HISTÓRIA, O ESQUECIMENTO E O NEGACIONISMO: A ABORDAGEM DA DITADURA MILITAR PELA IMPRENSA BRASILEIRA NOS ANOS DE 1990-2000.

RODRIGUES, Janizi

Universidade Regional do Cariri

janizi.rodrigues@urca.br

QUEIROZ, Clarissa

Universidade Regional do Cariri

clarissa.benjamim@urca.br

BARROS, Kaylane

Universidade Regional do Cariri

kaylane.barros@urca.br

Orientadora: **MENESES, Sônia**

Universidade Regional do Cariri

sonia.meneses@urca.br

Financiamento: CNPq

RESUMO

Este trabalho é fruto de um projeto que está sendo desenvolvido no Lapehc – Laboratório de Pesquisa em História Cultural da Universidade Regional do Cariri – URCA, vinculado ao CNPq. Visa discutir a presença das narrativas negacionistas na esfera pública brasileira no tempo presente, especificamente entre os anos de 1990-2000. A ditadura militar no Brasil, iniciada em 31 de março de 1964, deixou um legado de repressão e censura, com violações sistemáticas dos direitos humanos. Com isso, é notório que os jornais desempenharam um papel crucial na formação da opinião pública, mas alguns optaram por minimizar ou silenciar sobre os abusos da ditadura, contribuindo para a relativização dos eventos históricos e dificultando o reconhecimento dos erros do passado, a pesquisa denomina essa prática de negação mitigada.

Palavras-chave: Ditadura militar, mídia, contemporaneidade

INTRODUÇÃO



A ditadura militar foi um marco na história do Brasil, caracterizado pela ascensão das forças militares ao poder em 31 de março de 1964. Este regime antidemocrático perdurou por um longo período, durante o qual os direitos humanos foram violados sistematicamente, marcando uma era de repressão e censura generalizada.

O golpe militar de 1964 desencadeou interpretações diversas na memória coletiva do povo brasileiro. Ao assumir o papel de gestor dos significados históricos e dos embates de memória, a imprensa acabou por contribuir para um esquecimento que permeia a esfera pública (MENESES, 2019). Esse esquecimento, por sua vez, alimenta uma sucessão de conflitos na sociedade e impede um entendimento histórico claro e consensual sobre esse acontecimento crucial em nossa história.

Inicialmente, é crucial examinar o surgimento da ideia de narrativa negacionista. O conceito de negacionismo começou a tomar forma no período pós-Segunda Guerra, quando o historiador francês Henry Rousso cunhou o termo para descrever aqueles que negavam os eventos do Holocausto nazista, expandindo-se posteriormente para abranger a negação de fatos cientificamente comprovados.

No entanto, nos últimos anos, o negacionismo adquiriu novas dimensões, não se limitando mais apenas à negação do Holocausto, mas estendendo-se para uma série de outros eventos históricos, questões científicas, estatísticas, entre outros. É frequente na cena pública brasileira a disseminação de discursos de negação da Ditadura Militar, da eficácia das vacinas, do fenômeno do aquecimento global e das descobertas científicas, por grupos, figuras públicas e até mesmo políticos.

Com o auxílio das redes sociodigitais para a propagação dessas narrativas, torna-se evidente o quanto o negacionismo tem se expandido ao longo da última década, alcançando proporções alarmantes. Os desentendimentos que correspondem a esse evento são desencadeados por uma série de fatores, um desses fatores a serem apontados é a postura midiática com relação a esse acontecimento histórico. Após a redemocratização, houve consenso quanto ao caráter ditatorial e autoritário desse período.

Contudo, isso não impediu que narrativas negacionistas e de abrandamento proliferassem em diversos setores da sociedade. Por exemplo, nos círculos militares e entre



os conservadores, observamos a persistência do discurso de que o que ocorreu foi, na verdade, uma "revolução", o que reforça a narrativa de minimização dos acontecimentos. Alguns historiadores chamam essa prática de revisionismo, alegando que contribui para a desvalorização do conhecimento científico e histórico.

DESENVOLVIMENTO

Os jornais tiveram um papel significativo na formação da opinião pública e na construção da narrativa histórica do país. Durante as décadas de 1990 e 2000, muitos jornais brasileiros abordaram a história da ditadura militar de maneiras diversas. Alguns veículos deram destaque a investigações jornalísticas, reportagens aprofundadas e análises críticas que contribuíram para a compreensão dos abusos cometidos durante esse período e para a preservação da memória histórica.

No entanto, é importante reconhecer que nem todos os jornais deram a devida importância à ditadura militar ou adotaram uma abordagem crítica em relação ao ocorrido. Meneses (2012, p.37) cita o caso do Folha de São Paulo, mostrando que houve “uma engenhosa operação de esquecimento programada sobre sua conduta de apoio e alinhamento com os governantes militares durante quase todo o período em que esses permaneceram no poder”. O que traz a minimização ou até mesmo silenciamento sobre os acontecimentos da época, seja por pressões políticas, interesses comerciais ou por uma visão editorial que buscava evitar conflitos ou controvérsias.

Essa minimização histórica da ditadura militar pode ter contribuído para a perpetuação de narrativas que relativizam os abusos cometidos pelo regime e sua gravidade como pontua Neto (2021, p.2) “o discurso negacionista, engrenagem política oficial e reducionista, ao qual podemos chamar de ‘memoricídio coletivo brasileiro’, não surge durante os dois primeiros decênios do século XXI”. Isso pode ter impactos significativos na memória coletiva da sociedade brasileira, tornando mais difícil o reconhecimento dos erros do passado e a busca por justiça e reparação para as vítimas da ditadura e suas famílias.



Portanto, ao entender como os jornais desempenharam esse papel na escrita dos acontecimentos e construção da memória, bem como, como divulgadores de discursos conservadores e negacionistas sobre o período, poderemos oferecer também ferramentas de compreensão sobre a onda negacionista que assistimos. Além disso, buscaremos compreender esse fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte, que podemos falar numa memória quase herdada” (Pollak, 1992, p. 201).

CONCLUSÃO

Entende-se, portanto, que os jornais lidam constantemente com o passado, sendo assim, possuem influência sobre a construção deste na memória coletiva e, por conseguinte, na maneira com que as pessoas o enxergam e o recordam. Acerca disso, (Pollak, 1992 p.201) chama atenção que a memória é algo flutuante e volátil e que para além dos acontecimentos vividos existem também aqueles “vividos por tabela”, ou seja, não necessariamente vivenciados pelo indivíduo mas constituídos por meio da narrativa.

Desse modo, os jornais e as mídias em geral possuem uma determinada influência na formação de opinião de uma parcela da população, justamente pela produção e utilização de sentidos históricos como também pela mobilização de ideologias. A análise realizada neste estudo destaca a influência dos jornais na construção da memória coletiva, particularmente no que diz respeito à narrativa histórica da ditadura militar no Brasil, mas também como eles atuaram na produção de esquecimentos e negacionismos.

Enquanto alguns jornais se comprometeram com investigações jornalísticas aprofundadas e análises críticas, outros optaram por minimizar ou até mesmo silenciar sobre os abusos cometidos durante aquele regime autoritário.

Sob esse viés, cabe reiterar que tal influência pode vir a ser usada pelos veículos de imprensa para a propagação de discursos negacionistas, que majoritariamente minimizam e silenciam acontecimentos históricos, como a ditadura militar,



Este trabalho está inserido no projeto “A Negação Mitigada: a grande imprensa e a proliferação de ideias negacionistas (Brasil 1990-2000)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, tem como objetivo fortalecer o Laboratório de Pesquisa em História Cultural – LAPEHC, e com isso aprofundar a pesquisa sobre a mitigação da imprensa. A partir da investigação de textos de opinião produzidos por escritores, jornalistas e outros personagens, pretendemos, ao longo dos 12 meses de pesquisa previstos no projeto submetido ao CNPq e no cronograma de atividades que têm uma duração prevista de 12 meses e estão em torno da metade do tempo estimado, os resultados ainda não foram totalmente obtidos, já que as pesquisas e etapas do projeto ainda não foram finalizadas.

REFERÊNCIAS

- BUNGART NETO, P. (2021). O apagamento da memória coletiva brasileira e a institucionalização do esquecimento. *Revista Conexão Letras*, 16(26).
- MENESES, S. (2012). A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. *Anos 90*, 19(36), 35–65.
- MENESES, S. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Revista História Hoje*, v. 08, p. 66-88, 2019.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.
- VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 42, nº 87, 2021.